

JUDICIÁRIO

STM mantém relator na ação de Bolsonaro

Corte rejeita recurso dos advogados do ex-presidente contra tenente-brigadeiro Joseli Camelo em processo que pode cassar patente de capitão reformado

» IAGO MAC CORD

O Superior Tribunal Militar (STM) rejeitou, ontem, por unanimidade, o recurso da defesa de Jair Bolsonaro que pedia o afastamento do ministro tenente-brigadeiro do ar Joseli Camelo da relatoria do processo que pode resultar na declaração de indignidade para o oficialato do ex-presidente, com a consequente perda da patente de capitão reformado.

A defesa buscava a suspeição de Joseli, alegando falta de imparcialidade para julgar a ação. Os advogados de Bolsonaro sustentavam que o tenente-brigadeiro teria se manifestado publicamente sobre a condenação do ex-presidente no Supremo Tribunal Federal (STF) no caso da trama golpista — o que, segundo os defensores, comprometeria sua isenção.

Os ministros do STM acompanharam o entendimento da presidente da Corte, ministra Maria Elizabeth Rocha. Ela já havia negado o pedido de suspeição de Joseli, em março deste ano, por considerá-lo “manifestamente improcedente”.

Maria Elizabeth afirmou que as declarações alegadas pelos advogados de Bolsonaro eram genéricas, não faziam referência direta ao ex-presidente ou ao processo específico. Segundo a ministra, apenas reproduziram entendimentos jurídicos consolidados sobre o devido processo legal. Ela também destacou que a defesa apenas repetiu alegações anteriores.

O julgamento no STM não reforma a condenação imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

Luiz Silveira/Agência CNU



Advogados alegaram que Joseli não teria isenção para relatar ação que pode tirar patente de Bolsonaro

a Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado e organização criminosa, mas sim se ele mantém as condições éticas, morais e o senso de dignidade e respeito para continuar como oficial. Pela lei, integrantes das Forças Armadas

condenados a mais de dois anos de prisão podem ser submetidos a esse tipo de avaliação.

Caso seja declarado indigno, Bolsonaro perde o posto de capitão e o direito de receber seus vencimentos diretamente. O soldo seria

convertido em pensão destinada à mulher ou aos filhos.

O processo de perda de patente é um desdobramento da condenação de Bolsonaro pelo STF, em 2025, a 27 anos e três meses de prisão.

Arma: Moraes quer posição da PGR

» IAGO MAC CORD
» RENATO SOUZA
» DANANDRA ROCHA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a defesa de Jair Bolsonaro se manifestem, em 48 horas, sobre o possível cometimento de falta grave no cumprimento da pena de 27 anos e três meses por tentativa de golpe de Estado e chefia de organização criminosa. Isso porque o ex-presidente, que cumpre prisão domiciliar humanitária, admitiu em depoimento ter uma pistola em casa.

O episódio veio à tona após uma abordagem policial em 15 de junho, às 23h30, em uma blitz da Lei Seca em Taguatinga (DF). A Polícia Militar abordou um veículo conduzido por Estácio Leite da Silva, militar lotado no Gabinete

de Segurança Institucional (GSI). No assalto do carro, foi encontrada a pistola com um carregador sobressalente.

Estácio afirmou que a arma pertencia a Bolsonaro e que estaria com ela para que fosse conservada. A propriedade do ex-presidente foi confirmada via sistema Sigma do Exército.

A decisão do magistrado recor-da que Bolsonaro cumpre execução penal. Moraes fundamenta a análise no artigo 50 da Lei de Execução Penal, que tipifica como falta grave a posse de “instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem” por parte do condenado.

Moraes destaca que o reconhecimento dessa infração pode acarretar sanções, como a possibilidade de retorno ao regime fechado em unidade prisional, cessação do benefício humanitário, revogação de autorizações para trabalho externo e saídas temporárias, e a perda



O normal seria prorrogar (a domiciliar), porque de todo jeito ele já está numa situação muito difícil. Acho que ele precisa de cuidados e que ele (Moraes) vai prorrogar"

Valdemar Costa Neto, presidente do PL

de até um terço dos dias já remidos por trabalho ou estudo, além do reinício da contagem do prazo para progressão de regime.

Mas, mesmo antes da determinação de Moraes, aliados de Bolsonaro intensificaram a defesa da prisão humanitária. Os advogados sustentam que as condições de saúde que motivaram a concessão do benefício permanecem presentes.

Ao **Correio**, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, disse que “o normal seria prorrogar (a domiciliar), porque de todo jeito ele já está numa situação muito difícil. Acho que ele precisa de cuidados e que ele (Moraes) vai prorrogar”.

Para o líder da oposição no Senado, Izalci Lucas (PL-DF), “até em função das condições de saúde dele, não tem sentido” mandar Bolsonaro de volta à Papudinha. O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), observou que a domiciliar “é um direito do presidente” “por causa da idade e por causa das comorbidades. É o que diz a lei”.

Papuda terá de explicar pressão por delação

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a direção do Complexo Penitenciário da Papuda explique se Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, foi pressionado para falar sobre delação premiada. Isso porque há uma denúncia de que ele foi levado para prestar um depoimento informal, sem a presença de advogados.

O caso foi trazido à tona pelos advogados do “Careca do INSS”. O suposto depoimento teria ocorrido depois de uma revista. Os defensores afirmam que na oitiva não autorizada pela Justiça, o cliente foi questionado se pretende firmar um acordo de delação premiada. Antonio Carlos está preso desde setembro do ano passado, acusado de operar o esquema de fraudes

e descontos ilegais de beneficiários do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

“A realização de atos de caráter inquisitivo, sem observância das garantias mínimas do custodiado, notadamente a prévia ciência e a presença da defesa, demandada apuração imediata pelo Juízo, a fim de resguardar a legalidade do procedimento e a integridade das prerrogativas processuais”, frisa um trecho da decisão de Moraes. A direção da Papuda tem até hoje para explicar o caso.

O ministro ainda determina que a administração da penitenciária informe “com detalhes os fatos narrados e, em havendo elementos de efetiva ocorrência do quanto relatado pela defesa do investigado, identifique os agentes envolvidos na diligência”. (RS)

Ed Alves/CB/D.A Press



“Careca do INSS” foi questionado, na prisão, se fecharia colaboração

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Cautela e caldo de galinha não farão mal a Lula nesta Copa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com o senador Jaques Wagner (PT-BA), no Palácio da Alvorada, e combinou a imediata saída dele da liderança do governo no Senado. Foi a primeira conversa presencial entre eles desde que o parlamentar foi alvo de uma operação da Polícia Federal (PF) sobre o Banco Master. O dia parece ter sido escolhido a dedo para aproveitar o lusco-fusco do jogo do Brasil com a Escócia, ontem. Se a conversa tivesse sido boa, os dois amigos teriam assistido à seleção brasileira em campo juntos. Ao contrário. Wagner deixou o Palácio da Alvorada e anunciou que sairá do cargo.

Lula operou a saída de Wagner da liderança do governo de maneira a que o amigo não se sentisse abandonado, nem complicasse ainda mais a situação eleitoral criada na Bahia pelo envolvimento de um prócer petista no escândalo. Com isso, o Palácio do Planalto espera esvaziar a narrativa da oposição de que o governo está comprometido com o escândalo. As suspeitas são pesadas: a PF investiga se Wagner recebeu R\$ 3,5 milhões e um apartamento de luxo em Salvador.

Embora o ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad tenha dado o testemunho de que nunca recebeu quaisquer pedidos do líder do governo em favor do banqueiro Daniel Vitorcaro, a pressão do PT para a saída de Wagner era muito grande. Ontem, o ministro do Trabalho e do Emprego, Luiz Marinho, representante da “República de São Bernardo” na Esplanada, dera um ultimato ao até então líder do governo. Afirmou, em entrevista coletiva, que se fosse ele o presidente da República, substituiria Wagner na liderança no Senado.

Se o jogo da seleção serviu para ofuscar a crise envolvendo o líder do governo, a postura de Lula em relação a Copa do Mundo vem sendo de cautela, apesar da piada de mau gosto e temerária em relação a Neymar, a quem chamou de “jogador em home office”. A declaração provocou reação negativa de jogadores, como Lucas Paquetá, e deu de bandeja um meme para Flávio Bolsonaro, que fez um vídeo com inteligência artificial no qual leva Neymar de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para jogar no Hard Rock Stadium, em Miami (EUA).

O futebol nunca foi apenas um esporte no Brasil. Desde a conquista da primeira Copa do Mundo, em 1958, as vitórias da Seleção Brasileira foram incorporadas ao imaginário político nacional, transformando-se em símbolos de unidade, modernização, grandeza nacional e, às vezes, instrumentos de legitimação dos governos de turno. A relação entre presidentes da República e os títulos mundiais nas Copas do Mundo de 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002 revela muito sobre a história política do país.

Futebol e política

Quando o Brasil venceu sua primeira Copa, na Suécia, em 1958, o presidente era Juscelino Kubitschek. O país vivia um período de grande otimismo. Brasília estava sendo construída, a indústria automobilística se expandia e o lema “cinquenta anos em cinco” sintetizava a confiança no desenvolvimento acelerado. A conquista de Pelé, Garrincha, Didi e Zagallo foi interpretada como a prova de que o Brasil havia superado o complexo de inferioridade que carregava desde a derrota para o Uruguai, na Copa de 1950 — o traumático “Maracanazo”.

Já no governo João Goulart, o país vivia uma forte instabilidade política. A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, abriu uma crise institucional que levou à adoção temporária do parlamentarismo. Apesar da turbulência política, a seleção bicampeã, liderada por Garrincha após a lesão de Pelé, ofereceu um raro momento de consenso nacional, que favoreceu a vitória de Jango no plebiscito que aprovou a volta do presidencialismo, em janeiro de 1963. Mas a política já caminhava para a polarização que desembocaria no golpe militar de 1964.

Depois, a Copa também serviu para legitimar a permanência dos militares no poder e no endurecimento na repressão à oposição, que resultou em sequestros, assassinatos e desaparecimento de opositores, muitos dos quais não pegaram em armas, como Rubens Paiva e Vladimir Herzog. Nenhuma vitória da Seleção foi tão explorada politicamente quanto a de 1970. O presidente Emílio Garrastazu Médici, no auge da ditadura militar, associou a conquista da Copa ao chamado “milagre econômico”. A seleção de Pelé, Jairzinho, Tostão, Rivellino, Gérson e Carlos Alberto tornou-se um poderoso instrumento de propaganda. O governo procurava associar esse crescimento à ideia de um Brasil forte, unido e vitorioso, com os slogan “Ame-o ou deixe-o” e “Pra frente, Brasil”.

No governo de Itamar Franco, a conquista da Copa em 1994 serviria para a reconstrução da autoestima. O país saía do trauma do impeachment de Fernando Collor de Mello e enfrentava uma longa crise inflacionária. Naquele mesmo ano, o Plano Real começava a estabilizar a economia. A conquista nos Estados Unidos, liderada por Romário, Bebeto, Dunga e Taffarel, foi percebida como um símbolo de reconstrução nacional.

Seus efeitos políticos alcançaram a eleição de Fernando Henrique Cardoso, no rastro do Plano Real. Entretanto, o pentacampeonato conquistado pela Seleção comandada por Luiz Felipe Scolari e liderada por Ronaldo, Rivaldo e Ronaldinho Gaúcho, no último ano do governo FHC, não impediu que Lula, principal candidato de oposição, derrotasse o candidato governista, o ex-ministro da Saúde José Serra, que levou um “drible da vaca” nas eleições.